

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.352.236 - MG
(2018/0210354-8)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : THEGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADOS : GERALDO JOSÉ PROCOPIO - MG045650
FERNANDO BATISTA PROCOPIO - MG098997
MELISSA DO CARMO NICODEMOS GONÇALVES E OUTRO(S)
- MG134653
REQUERIDO : BANCO SAFRA S A
ADVOGADO : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - MG076696

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela de evidência (fls. 1194-1215 formulado por THEGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, objetivando seja concedida liminarmente a ordem para o levantamento da quantia líquida, certa e voluntariamente depositada pela instituição financeira agravante, na ordem de R\$ 277.048,54 (duzentos e setenta e sete mil, quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), depositada à disposição do juízo de primeiro grau, com as correções legais.

Afirma que o recurso interposto pelo banco agravante contra o levantamento da importância por ele voluntariamente depositada é nitidamente protelatório e o agravo interno pendente de análise no âmbito desta Corte Superior não possui efeito suspensivo, motivo pelo qual pleiteou na origem o levantamento da quantia, o que foi deferido pelo magistrado *a quo* consoante a decisão de fls. 1180-1181, deliberação essa à qual foi conferido efeito suspensivo pelo relator do agravo de instrumento nº 1.0024.19.007058-1/001.

Mesmo após o julgamento do referido agravo de instrumento, o magistrado de origem não liberou os valores depositados, afirmando que só o fará após o trânsito em julgado da decisão a ser proferida no âmbito desta Corte Superior. E contra o acórdão proferido, a financeira interpôs novo recurso especial, que ainda não aportou a esta Corte Superior.

Esclarece estar passando por dificuldades financeiras que poderiam ser minimizadas com o levantamento da quantia voluntariamente depositada pela casa bancária.

É o relatório.

Decido.

O pedido não comporta acolhimento.

1. Em que pese o julgamento proferido no âmbito do agravo de instrumento e a revogação do efeito suspensivo concedido à ordem de levantamento, verifica-se que o magistrado *a quo* exarou nova deliberação, desta feita indeferindo o pleito sob a assertiva de que aguardaria a deliberação final desta Corte Superior sobre a questão controvertida.

Superior Tribunal de Justiça

Como se vê, a deliberação exarada pelo juízo de origem deve ser atacada por recurso próprio, sem o qual resta inviabilizada a análise da questão por esta Corte Superior, sob pena de supressão de instância.

Ademais, o recurso de agravo interno pendente de análise no bojo dos presentes autos diz respeito a fase do processo de conhecimento da ação de restituição de indébito enquanto a deliberação sobre o levantamento da quantia depositada vincula-se a fase distinta e posterior no âmbito da qual ainda não foi aberta a análise por essa instância superior.

2. Do exposto, indefiro o pedido formulado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator